

## A ADEQUAÇÃO CURRICULAR PARA A INCLUSÃO NA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Lourdes Christina dos Santos de Macêdo<sup>1</sup>

Erika Rodrigues de Freitas<sup>2</sup>

Monique Vieira Amorim Bandeira<sup>3</sup>

Sintia Matias Gontijo<sup>4</sup>

Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas<sup>5</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo compreender a adequação curricular como uma estratégia de inclusão na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), voltada ao atendimento de estudantes com deficiência. A adequação curricular é entendida como um conjunto de modificações no currículo escolar - nos conteúdos, objetivos, metodologias, materiais e avaliações - com vistas à promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de todos os estudantes, respeitando suas necessidades educacionais específicas. A metodologia, de natureza qualitativa, utilizou abordagem bibliográfica e documental, ancorada nos pressupostos teóricos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural, além das orientações da SEEDF, especialmente os documentos do Currículo em Movimento. Os resultados mostraram que a adequação curricular é uma ferramenta de acessibilidade pedagógica, sendo fundamental para garantir uma educação de qualidade, inclusiva e democrática. A implementação de estratégias como modificações no tempo, nos espaços, nas atividades e nos instrumentos de avaliação deve ser realizada a partir de um planejamento colaborativo entre professores, equipe pedagógica, família e demais profissionais da escola. Essa prática visa não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso na aprendizagem dos estudantes com deficiência. As conclusões apontam que a adequação curricular, quando bem planejada e continuamente avaliada, possibilita uma prática docente mais inclusiva, que reconhece as singularidades dos alunos, valoriza a diversidade e potencializa os processos de aprendizagem. A valorização do planejamento individualizado e o investimento na formação continuada dos professores são elementos centrais para a consolidação de uma escola pública verdadeiramente inclusiva, conforme preconizado pelas políticas educacionais da SEEDF. Cabe ressaltar que a adequação curricular é um direito de todos, pois trata-se de um conjunto de estratégias pedagógicas que podem ser utilizadas em momentos específicos do processo de escolarização bem como ao longo de todo o seu período, conforme as necessidades de cada aluno.

**Palavras chave:** Adequação Curricular, Inclusão, Currículo em Movimento, Pedagogia Histórico-Crítica, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

<sup>1</sup>Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – PPGE/FE/UnB - [lourdes.cs.macedo@gmail.com](mailto:lourdes.cs.macedo@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação - pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – PPGE/FE/UnB - [kikafr@gmail.com](mailto:kikafr@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – PPGE/FE/UnB [moniquevieira53@gmail.com](mailto:moniquevieira53@gmail.com)

<sup>4</sup> Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Mestra em Educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – PPGE/FE/UnB - [sintiamgontijo@gmail.com](mailto:sintiamgontijo@gmail.com)

<sup>5</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – PPGE/FE/UnB. Doutora em Educação – UFRN - [otilia.dantas@gmail.com](mailto:otilia.dantas@gmail.com)







## Introdução

A busca por uma educação inclusiva é um desafio que vem sendo discutido e implementado em diferentes contextos educacionais no Brasil, visando assegurar o acesso, a permanência e o sucesso educacional de todos os estudantes. Para tal, a adequação curricular emerge como uma estratégia essencial para garantir que a diversidade dos alunos seja contemplada no ambiente escolar.

Este artigo propõe compreender a estratégia de adequação curricular, conforme implementada pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), como fator de inclusão para estudantes com deficiência na rede pública de ensino. O problema de pesquisa que orienta esta investigação é: como a adequação curricular pode promover a inclusão dos estudantes com deficiência na rede pública de ensino do Distrito Federal? Para responder a essa questão, o estudo se fundamenta em uma abordagem qualitativa, apoiada por uma pesquisa bibliográfica baseada nos estudos de autores da área de educação especial e na análise de documentos oficiais da SEEDF.

Na rede de ensino pública do DF, a proposta de adequações curriculares está ancorada no Currículo em Movimento da Educação Básica – Educação Especial e nas Orientações Pedagógicas da Educação Especial (Distrito Federal, 2014b; 2010), que definem que a adequação curricular é um conjunto de modificações realizadas no planejamento, nos objetivos, nas atividades e nas formas de avaliação de um currículo, seja em sua totalidade ou em aspectos específicos, com o propósito de acomodar e atender às necessidades de aprendizagem de estudantes com necessidades especiais (ENEE).

Essas modificações são fundamentais para proporcionar um ensino inclusivo, exigindo não apenas a identificação das particularidades de cada aluno, mas também uma mudança nos sistemas educacionais. Tais mudanças devem transformar as ações pedagógicas e adequar as expectativas de aprendizagem para promover uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de responder às demandas de todos os estudantes de forma equitativa (Distrito Federal, 2014b; 2010).

Os documentos supracitados compõem os normativos da política curricular da SEEDF, fundamentada em autores da Teoria Crítica e Pós-Crítica, da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural (Distrito Federal, 2014a). Tais fundamentos teóricos ressaltam a







importância de uma abordagem inclusiva que considere o desenvolvimento integral do estudante, promovendo uma educação que favoreça a aprendizagem significativa e o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

Por fim, a discussão sobre a adequação curricular enquanto estratégia de inclusão evidencia sua relevância para a construção de práticas pedagógicas acessíveis, contribuindo para a efetivação do direito à educação para todos. Assim, este artigo pretende contribuir para o debate sobre a importância das adequações curriculares como ferramentas promotoras de inclusão e para a reflexão sobre os desafios e as possibilidades que essas estratégias oferecem no contexto da educação pública do Distrito Federal.

### **Percurso Metodológico**

Para o percurso metodológico elegeu-se a pesquisa bibliográfica e documental, de modo a considerar estudiosos sobre as teorias do currículo, bem como da educação inclusiva. Especificamente, buscamos identificar como o arcabouço da legislação da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) trata a adequação curricular na educação básica. Sobre a pesquisa bibliográfica, Manzato e Santos (2016, p. 4) consideram que essa técnica “[...] procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos”. Nesse sentido, partiu-se das concepções acerca do Currículo em Movimento da SEEDF, pautadas na Pedagogia Histórico - Cultural e na Psicologia Histórico - Crítica (Distrito Federal, 2014a).

O Currículo em Movimento da SEEDF possui vários cadernos, assim organizados: Pressupostos Teóricos; Educação Infantil; Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais; Novo Ensino Médio; Educação Profissional e à Distância; Educação de Jovens e Adultos; e Educação Especial. Para a investigação documental, partiu-se dos pressupostos teóricos (Distrito Federal, 2014a) e buscou-se foco no caderno da Educação Especial (Distrito Federal, 2014b), bem como em sua legislação correlata. Cabe destacar que a pesquisa se inseriu na perspectiva da educação especial inclusiva com estudantes que compõem Classes Comuns Inclusivas ou Classes de Integração Inversa<sup>6</sup>. A análise documental buscou pauta em questões relacionadas ao acesso ao currículo para estudantes com deficiência, e em diferentes perspectivas de flexibilização curricular.

### **Currículo da Educação Especial: possibilidades inclusivas**

<sup>6</sup> Classe Comum Inclusiva e Integração Inversa referem-se às maneiras de enturmação de estudantes que possuem deficiência, considerando quantitativos reduzidos de estudantes, conforme preconizados na Estratégia de Matrícula, de caráter anual (Distrito Federal, 2025).







Compreendemos que o fenômeno educativo acontece em diferentes contextos, como na escola, na família e em diversas instituições sociais. Ele é influenciado por vários fatores, como os recursos utilizados no processo de ensino-aprendizagem, o ambiente e sua estrutura, os meios avaliativos, bem como a didática e as interações que ocorrem entre o professor e o aluno e, entre os próprios alunos.

Deste modo, ao falarmos de aprendizagem pensamos que deve ser acessível a todos. Para tanto, precisa ser intencional e significativa, de forma que respeite as singularidades dos alunos em seus contextos sociais. Neste sentido, a inclusão proporciona uma nova concepção de educação, pois, “sinaliza a mudança de paradigma da escola, superando o modelo formal em direção à abertura para as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas nesta sociedade diversa” (Mantoan, 2006, p. 12).

Trazer essa perspectiva de inclusão se faz importante para valorizar as particularidades de cada estudante, criando um ambiente mais justo e acolhedor, onde todos podem desenvolver suas potencialidades e aprender com o outro e no outro. A educação no âmbito inclusivo reforça o princípio da educação como direito de todos, no qual o professor necessita adaptar métodos, práticas e abordagens para atender seu público heterogêneo.

Neste contexto, o currículo desempenha um papel de importância na educação inclusiva, para a definição dos conteúdos e para quem está ensinando, sendo necessário um currículo inclusivo, que deve ser construído a partir da premissa de que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, podem e devem ter acesso a uma educação de qualidade (Mantoan, 2006). Um currículo inclusivo deve ser adaptável e acessível para que todos os estudantes possam participar da construção e apreensão dos conhecimentos pela via da humanidade.

Ainda sobre o currículo inclusivo, Mantoan (2006) ressalta várias formas de participação, permitindo que as diferentes necessidades dos alunos sejam atendidas. Isso significa a criação de ambientes de aprendizagem onde todos possam interagir e colaborar, independentemente de suas habilidades ou desafios.

Por fim, destaca-se que o currículo inclusivo deve estar ancorado em uma visão de educação que respeite as diferenças. A diversidade no ambiente escolar pode fortalecer as interações sociais voltadas ao aprendizado de todos os alunos. Mantoan (2006) reforça que a inclusão não é apenas uma questão de adaptar o currículo para atender às necessidades específicas, mas de transformar a cultura escolar, promovendo uma educação que seja, de fato, para todos. Cabe ressaltar que as perspectivas teóricas do currículo indicam a abordagem







a ser adequada em sua aplicação. Vejamos no tópico a seguir, as perspectivas teóricas do currículo da Secretaria de Estado de Educação do DF.

### **Currículo em Movimento da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal: Perspectivas teóricas e Educação Especial**

Nos estudos mais recentes sobre currículo escolar, temos observado a intenção dos autores em se distanciar da perspectiva linear de uma lista de conteúdos e habilidades a serem trabalhados com os estudantes, e percorridos vertiginosamente pelos professores, ao longo dos anos letivos (Bandeira; Dantas, 2021). Concordamos com Apple (2006) que esse modelo de currículo expressa uma compreensão reducionista do processo educativo na escola, que privilegia a transmissão aligeirada do conhecimento e desconsidera a heterogeneidade da sala de aula.

Conforme aludido, o referido currículo tem como premissa o movimento, explicitado em seu título, que indica a proposição de atender a dinamicidade da sociedade e a necessidade recíproca de ser revistado sempre que oportuno. Destacamos a revisão ocorrida em virtude da publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017; 2018), que culminou nas versões vigentes do Currículo em Movimento do Distrito Federal referentes às etapas da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (Distrito Federal, 2018; 2021).

Ao apresentar suas bases teóricas- metodológicas, o Currículo em Movimento ressalta a importância de se conceber a educação como uma prática social, cabendo à escola ofertar aos estudantes um processo de ensino-aprendizagem mais significativo (Distrito Federal, 2014a). Para Sacristán (1998), isso é possível se os docentes tiverem a autonomia para debater o currículo prescrito e modelá-lo conforme o contexto que permeia a escola. Por isso, o encontro da Teoria Crítica e Pós-Crítica num mesmo documento indica uma opção de currículo que, por um lado, busca instigar o questionamento e o estranhamento das condições políticas e econômicas da ordem social vigente e, por outro, valoriza a diversidade cultural dessa mesma sociedade, destacando a importância da tolerância e do respeito (Silva, 2010).

Em consonância com tais fundamentos, o caderno dos Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento (Distrito Federal, 2014a), ainda tem como aportes teóricos-metodológicos a Pedagogia Histórico-Crítica e a Psicologia Histórico-Cultural. Conforme o próprio caderno, tais pressupostos restabelecem a relação dos sujeitos com a formação histórica da sociedade (Saviani, 2011), ao mesmo tempo que demonstra a correlação dessa formação humana a partir das interações sociais e do uso da linguagem, mediados pelo ambiente social e cultural (Vygotsky, 2001).







Dito isso, o Currículo em Movimento da Educação Básica (Distrito Federal, 2014a, p. 71) afirma que “[...] a função formativa da avaliação é a mais adequada ao projeto de educação pública democrática e emancipatória”, que é a concepção de educação postulada pela SEEDF. Ademais, a partir dos estudos de Villas Boas (2012), o termo ‘Avaliação para as Aprendizagens’ é adotado em substituição ao termo ‘Avaliação das Aprendizagens’, pois, este último denota uma avaliação com foco apenas no resultado enquanto o outro, considera todo o percurso escolar com vistas à aprendizagem dos estudantes.

No que se refere à educação especial, o caderno do Currículo em Movimento, que trata dessa modalidade de ensino, expressa uma perspectiva de atendimento inclusivo dos alunos público-alvo, quais sejam: estudantes com deficiência intelectual, física, múltipla, auditiva e visual; com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação. Conforme o caderno (Distrito Federal, 2014b), nas escolas públicas do Distrito Federal (DF), a concepção de educação especial inclusiva entende a sala de aula regular como o espaço central do processo de ensino-aprendizagem de todos os estudantes.

Sendo o currículo dos estudantes da educação especial, atendidos pelas escolas públicas do DF, o mesmo adotado por toda a rede conforme sua etapa e modalidade, o caderno curricular norteador prevê a elaboração de adequações curriculares como uma ferramenta de acessibilidade. A adequação curricular é uma estratégia pedagógica, é um direito fundamental dos discentes do Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos (AEE/SR), para atender às suas necessidades específicas de aprendizagem e, iremos abordá-la mais detalhadamente nas próximas seções. Cabe ressaltar que todos os estudantes, independentemente de laudo médico, têm direito a diferentes mecanismos de acessibilidade curricular, ou seja, têm direito a todas as estratégias possíveis para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

## **Resultados e Discussão: Adequação Curricular**

Após a compreensão do currículo e suas concepções de educação inclusiva, bem como o entendimento a respeito dos pressupostos teóricos do currículo em movimento da SEEDF, sobretudo o currículo da educação especial, trazemos neste tópico o resultado do levantamento bibliográfico e documental de modo a discutir o objetivo geral proposto neste estudo: compreender a estratégia de adequação curricular da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) como fator de inclusão para os estudantes com deficiência.







Ressaltamos que a adequação curricular é o processo de adaptação do currículo escolar para atender às necessidades específicas de determinados alunos, especialmente aqueles com deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Para tanto, a adequação visa garantir que todos os estudantes tenham acesso igualitário à educação, respeitando suas diferenças e oferecendo um ambiente de aprendizado inclusivo, tendo em vista que tal processo exige espaços pedagógicos com a sensibilidade de reconhecer as habilidades dos estudantes e uma aprendizagem que contemple diferentes públicos. Nesse contexto, Mantoan (2007) assevera que,

A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca melhoria da qualidade de educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças (Mantoan, 2007, p. 45).

A citação de Mantoan (2007, p. 45) destaca um ponto de fundamental importância para a educação inclusiva: o desafio de promover uma escola que, ao se adaptar para acolher todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências, eleva a qualidade do ensino para todos. Quando a escola comum assume a inclusão como pressuposto, ela precisa revisar e aprimorar suas práticas pedagógicas, criando um ambiente mais acolhedor e democrático, que respeite e valorize as diferenças individuais.

Nesse contexto, o processo de inclusão leva a escola a repensar suas metodologias, práticas avaliativas e o próprio currículo, promovendo um ensino mais flexível às necessidades de todos os estudantes. Como Mantoan (2007) sugere, essa adaptação não apenas beneficia os alunos com deficiências, mas também cria um ambiente de aprendizado mais rico e diversificado para todos, onde as diferenças são vistas como oportunidades para o crescimento de toda a comunidade escolar.

Para complementar essas ideias no que se refere à aprendizagem, Vigotski (2001) entende que para que todo o processo de desenvolvimento ocorra no ambiente escolar, faz-se evidente relacionar a aprendizagem e o papel do professor no favorecimento deste saber. Logo, é importante estabelecer estratégias de ensino que favoreçam a aprendizagem de todos, proporcionando uma educação diferenciada e que contemple respostas educativas, no intuito de alcançar o sucesso do aprender e que atenda às múltiplas necessidades educativas.

Ainda para Vigotski (2001), destaca-se que a aprendizagem não deve estar centrada







nas dificuldades, mas sim, na capacidade e potencial que o estudante traz na sua história de vida e escolar. Logo, é evidente que há necessidade que o docente adeque o conteúdo escolar à dinâmica do público de sua sala de aula. Assim, Oliveira e Leite (2000) entendem que é imprescindível que a escola,

[...] garanta e favoreça condições de aprendizagem a todos num só contexto, proporcionando uma educação diferenciada e dando respostas educativas ao aluno durante todo o processo de escolarização, se isto se fizer necessário, ou seja, oferecer uma educação permanente que atenda às peculiaridades de cada um (Leite, 2000, p. 13).

No que tange à educação inclusiva, o currículo escolar precisa oportunizar mudanças necessárias para que o estudante tenha acesso à aprendizagem. Para tanto, vale entender que o currículo é uma ferramenta que permite compreender como deve se dar a prática pedagógica, especialmente pela via de suas bases epistemológicas que definem que tipo de pessoa e sociedade se quer formar.

O primordial do processo inclusivo é que os docentes identifiquem as potencialidades e dificuldades de cada estudante e que busquem mecanismos que favoreçam a aprendizagem. Para isso, faz-se necessário que os processos de avaliação, métodos de ensino e estratégias didáticas adequem-se às necessidades dos estudantes (Brasil, 2001). Por meio das Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica sabe-se que as flexibilizações e adaptações curriculares devem considerar

[...] o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola (Brasil, 2001, sp).

No mesmo patamar de ideias, Correia (1999) recomenda que com a adequação curricular poderão ocorrer modificações, alterações nos elementos que regem o currículo do estudante, garantindo-lhe o acesso necessário. Assim, ressalta-se a importância que o docente identifique as necessidades educacionais do aluno, bem como realize a análise de forma minuciosa dos conteúdos e objetivos em diferentes áreas de conhecimentos, que se fazem importantes para o desenvolvimento do estudante que possui limitações no processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com a Orientação Pedagógica da Educação Especial (Distrito Federal, 2010), destaca-se a importância da adequação curricular estabelecer a organização dos procedimentos, quais sejam: prolongamento temporal das atividades, modificação na







disposição da sala de aula, procedimentos didáticos e pedagógicos, encaminhamentos que se fizerem necessários, sugestões à família para auxiliar o estudante a ter melhores condições acadêmicas e sociais, conforme os objetivos previstos na proposta curricular. No que se refere aos tipos de adequações, estas são divididas em duas categorias: as de pequeno porte e as de grande porte.

No que diz respeito às adequações de grande porte são relativas aos objetivos, conteúdos do currículo, bem como a introdução de novos objetivos e conteúdos específicos. As de pequeno porte são no âmbito organizativo, como, por exemplo, a seleção de atividades específicas para serem aplicadas em sala aula, agrupamentos de alunos, sequência de tarefas das mais complexas para a mais simples, eliminação de conteúdos secundários. Assim, Beyer (2006) defende que:

O desafio é construir e pôr em prática no ambiente escolar uma pedagogia que consiga ser comum e válida para todos os alunos da classe escolar, porém capaz de atender os alunos cujas situações pessoais e características de aprendizagem requeiram uma pedagogia diferenciada. Tudo isso sem demarcações, preconceitos ou atitudes nutridoras dos indesejados estigmas (Beyer, 2006, p. 76).

De acordo com o autor, a prática inclusiva é aquela que oportuniza condições para aprendizagem que o estudante possa desenvolver seu potencial, respeitando a individualidade do sujeito, promovendo ações para o sucesso pedagógico.

Nesse sentido, a Adequação Curricular na SEEDF é planejada em grupo, de modo que professores, coordenadores, gestores, equipe técnico- pedagógica (Serviço de Atendimento Educacional Especializado, Sala de Recursos e Serviço de Orientação Educacional) bem como a família dos estudantes possam contribuir com as adequações. Para isso, há um formulário específico que deve conter registros variados dos procedimentos interventivos para cada estudante. Esse registro pode ser realizado mensalmente, bimestralmente ou anualmente, conforme as necessidades de ajustes na ação pedagógica. O objetivo principal é formalizar as estratégias interventivas realizadas individualmente com o estudante e que esses registros possam seguir como orientação para os próximos docentes que o acompanharão.

Para auxiliar na construção dessas estratégias, torna-se importante o investimento em formação continuada para a promoção da práxis pedagógica, com a finalidade de contribuir com o desenvolvimento do ensino e aprendizagem dos estudantes, pela intencionalidade no ato de ensinar, articulando teoria e prática.

No que se refere à prática docente Candau (1991) nos traz que ela deve estar compreendida como um conjunto de elementos que abrangem o que é ensinado, como e para







quê é ensinado, ou seja, com vistas a uma aprendizagem efetiva e significativa, respeitando-se os tempos e ritmos de aprendizagem de cada um. Dessa forma, é fundamental refletir o papel do docente na aplicação das adequações curriculares a partir das necessidades de cada sujeito peculiar e suas demandas por flexibilizações diversas. Assim, as adequações têm a finalidade de promover a superação das dificuldades apresentadas pelos estudantes, no intuito de contribuir com sua formação intelectual, cultural, social, ética e estética.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação como direito de todos, um direito humano, e dever do estado, enfrenta desafios ainda maiores desde que as portas das escolas se abriram para todos. Em meio à situações de exclusão, de segregação e de integração, caminhamos em busca de uma escola efetivamente inclusiva. Nesse sentido, os professores e demais educadores buscam estratégias para atender às necessidades dos mais diferentes públicos.

Na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, o Currículo em Movimento apresenta-se ancorado nos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural, o que inclui compreender que as bases epistemológicas do conhecimento consideram oferecer as mais diversas oportunidades de aprendizagem aos estudantes, com vistas ao pleno desenvolvimento humano, isto é, considerando os aspectos sociais, afetivos, éticos, estéticos, dentre outros.

Pensar o desenvolvimento humano inclui refletir sobre as diferentes formas de ser, viver e aprender, de sujeitos constituídos historicamente, socialmente e economicamente. Nesse sentido, além das diferentes marcas sociais, sabemos que há estudantes que possuem, ainda, diagnósticos diversos e que, dentro de legislação específica, são consideradas como pessoas com deficiência.

Para a garantia do desenvolvimento desses estudantes, em particular, sem desconsiderar o público em geral, observamos que a SEEDF busca garantir adequações curriculares que abrangem, não somente aspectos arquitetônicos, mas as mais diversas maneiras de acessibilidade, envolvendo alterações nas estratégias de ensino, na organização de materiais complementares e/ ou suplementares, na proposição de avaliação diferenciada e outras, que vão desde a supressão de objetivos de aprendizagem até a inclusão de novos objetivos ou de conteúdos. Portanto, a adequação curricular envolve desde a adoção de estratégias simples como um posicionamento do estudante em sala de aula, até estratégias de grande porte, mais significativas, como a adequação de temporalidade, em que o estudante pode levar mais de um ano para cumprir/alcançar determinado(s) objetivo(s).







Verificamos que a proposição das adequações curriculares e a participação de todas as pessoas que atendem o estudante, bem como a família, considera as peculiaridades de cada um, suas necessidades e suas potencialidades. O registro das adequações, para além de um ato burocrático, objetiva concretizar-se como um elemento não somente que direciona a estruturação do trabalho pedagógico, mas também posiciona todos os envolvidos com relação aos objetivos a serem alcançados, o que servirá de base para a tomada de decisões em conselhos de classe e em outros planejamentos, como os que ocorrem nos anos subsequentes.

## REFERÊNCIAS:

APPLE, Michael Whitman. **Ideologia e Currículo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.

BANDEIRA, Monique Vieira Amorim; DANTAS, Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto. Currículo em Movimento: trajetória e concepções. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 390-404, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/47336/34920> Acesso em: 04 out. 2025.

BRASIL. **Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001 Educação Especial na Educação Básica**. CNE. CEB. Brasília: 2001.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018.

BEYER, Hugo Otto. Da integração escolar à Educação Inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto (Org.). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006. p. 73-81.

CANDAU, Vera Maria. **A didática em questão**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

CORREIA, Luís de Miranda. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares**. Porto: Porto Editora, 1999.

DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Pressupostos Teóricos**. SEEDF: Brasília, 2014a.

DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação Especial**. SEEDF: Brasília, 2014b.

DISTRITO FEDERAL. **Orientação Pedagógica – Educação Especial**. SEEDF: Brasília, 2010.







DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento do Novo Ensino Médio**. SEEDF: Brasília, 2021.

DISTRITO FEDERAL. **Estratégia de Matrícula 2025**. SEEDF: Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2025/04/estrategia-de-matricula-2025.pdf> Acesso em: 10 set. 2025

GATTI, Bernadete Angelina; ANDRÉ, Marli André. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (Org.). **Metodologias da Pesquisa Qualitativa em Educação: teoria e prática**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 29-38.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Educação Inclusiva – Orientações pedagógicas. In: FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga; PANTOJA, Luísa de Marillac. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. (Org.), **Atendimento Educacional Especializado**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

MANZATO, Antônio José; SANTOS, Adriana Barbosa. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. **Departamento de Ciência de Computação Estatística – IBILCE – UNESP**, São Paulo, v. 17, p. 1-17, 2012. Disponível em: [https://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino\\_2012\\_1/ELABORACAO\\_QUESTIONARIOS\\_PESQUISA\\_QUANTITATIVA.pdf](https://www.inf.ufsc.br/~vera.carmo/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf) Acesso em: 03 out. 2025.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio.; Leite, Lúcia Pereira. **Escola Inclusiva e as necessidades educativas especiais**. In: Manzini, Eduardo José. Educação Especial: temas atuais. Marília: Unesp/Marília-Publicações, 2000. Disponível em: [https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab\\_editorial/catalog/book/133](https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/133). Acesso em: 10 out. 2025.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico - Crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011. (Coleção Educação Contemporânea)

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. O dia a dia do trabalho pedagógico: contribuições para a formação do professor e do estudante. In: VILLAS BOAS, B. (Org.). **Avaliação: interações com o trabalho pedagógico**. Campinas: Papyrus, 2017.

